



**“Agora estamos no Paraíso! ”: possibilidades e limites do turismo de base comunitária
quilombola em Fervedouro - MG**

Patrícia Alves Laviola¹
Prof.^a Ms. Luciana Bittencourt Villela²

RESUMO

Localizada em Fervedouro - MG, a comunidade Paraíso está em processo de certificação quilombola. Ao mesmo tempo, foi investigada em pesquisa qualitativa exploratória com objetivo principal de identificar e analisar os limites e possibilidades de implantação de projetos de turismo de base comunitária (TBC) para substanciar seu desenvolvimento. Em contexto específico, buscou-se compreender os conceitos que norteiam o TBC para subsidiar a análise da comunidade, evidenciando seus pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças. Por fim, buscou-se compreender a significância da comunidade Paraíso, do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e da Trilha Brigadeiro Caparaó e como eles poderão se associar para a oferta de um turismo regional forte e sustentável. A presente pesquisa constituiu-se, portanto, de um estudo que utilizou como método a abordagem aos moradores seguindo roteiro semiestruturado para conversação no próprio território do público-alvo. Após a análise dos dados, constatou-se que há presença das características necessárias, ao mesmo tempo em que alguns limites e desafios também se apresentam, requerendo a elaboração de estratégias para a implantação do TBC na localidade e trazendo como resultado o desenvolvimento endógeno que ela almeja.

Palavras-chave: comunidade quilombola Paraíso, turismo de base comunitária, desenvolvimento endógeno.

ABSTRACT

Located in Fervedouro - MG, the Paraíso community is in the process of quilombola certification. At the same time, it was investigated in exploratory qualitative research with the main objective of identifying and analyzing the limits and possibilities of implementing community-based tourism projects (TBC) to substantiate their development. In a specific context, we sought to understand the concepts that guide TBC to support the analysis of the community, highlighting its strengths and weaknesses, as well as opportunities and threats. Finally, we sought to understand the significance of the Paraíso community, the Serra do Brigadeiro State Park and the Brigadeiro Caparaó Trail and how they can come together to offer strong and sustainable regional tourism. The present research, therefore, consisted of a study that used as a method the approach to residents following a semi-structured script for conversation in the target audience's own territory. After analyzing the data, it was found that the necessary characteristics are present, at the same time that some limits and challenges also present themselves, requiring the development of strategies for the implementation of TBC in the locality and resulting in the endogenous development that it desires.

Keywords: Paraíso quilombola community, community-based tourism, endogenous development.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-graduanda em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional. E-mail: patricialaviola@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: luciana.bitencourt@ufjf.br



INTRODUÇÃO

Com pouco mais de três décadas de emancipação, Fervedouro – MG, associado à Instância de Governança Regional (IGR) Serra do Brigadeiro, tem 53,97% de sua população em área rural (IBGE 2010). Apesar das potencialidades do município, que possui uma das portarias de acesso e 26,44% do território do Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB), o uso consciente destes recursos para prover desenvolvimento ainda é inexpressivo, existindo poucos empreendimentos e produtos turísticos formatados.

Recentemente, devido a uma parceria entre a prefeitura de Fervedouro, a empresa Caminhantes do Caparaó, que atua na área de economia criativa, e a gestão do PESB, por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF), o município foi contemplado com o manejo dos primeiros 25 quilômetros da Trilha Brigadeiro Caparaó, uma trilha de longo curso, cadastrada junto à Rede Brasileira de Trilhas, que visa formar um corredor ecológico de aproximadamente 250 quilômetros ligando o PESB ao Parque Nacional do Caparaó. Simultaneamente, a comunidade Paraíso, localizada em área rural nas proximidades do PESB e da trilha, reiniciou processo para obtenção de sua certificação quilombola, trazendo à tona mais uma oportunidade para o desenvolvimento turístico do território.

A comunidade é formada por mais de uma centena de moradores. Em janeiro de 2023, após terem sido tratados como prioritários na distribuição da vacina de Covid-19, cientes das políticas públicas a que têm direito se forem um grupo coeso e organizado, a comunidade retomou um antigo desejo, buscando amparo para obter sua certificação quilombola e, com ela, encontrar alternativas para promover desenvolvimento e se firmar como um dos poucos refúgios de povos tradicionais do entorno do PESB.

A partir do pressuposto que, além da certificação, é preciso compreender o potencial atual da comunidade para elaborar estratégias capazes de atender às expectativas de um desenvolvimento endógeno sustentável atrelado às necessidades de mercado, esta pesquisa qualitativa de cunho exploratório visou identificar e analisar os limites e as possibilidades de implantação de projetos de turismo de base comunitária (TBC) para substanciar o desenvolvimento almejado pela comunidade Paraíso.

Nesta perspectiva, a pesquisa proposta justificou-se como necessidade da discente em curso, que atua como gestora de cultura e turismo há 10 anos neste município, em ofertar um construto que fundamente projetos passíveis de implementação, oferecendo sua contribuição, enquanto servidora pública, às famílias da comunidade Paraíso e proximidades.



Como neta e filha de agricultores familiares, criada no campo e conhecedora dos desafios e dificuldades a que estas populações estão submetidas, cresci ouvindo histórias sobre uma tetravó escrava e encontro aí as justificativas pessoais, envoltas em profunda empatia e desejo de que os descendentes da comunidade Paraíso contemplem oportunidades para assegurar suas permanências no campo com qualidade e bem-estar.

Do aspecto acadêmico, visto o turismo de base comunitária apresentar-se como tendência contemporânea, conforme dados da revista Tendências do Turismo 2023, publicada pelo Ministério do Turismo, esta pesquisa se justifica face à necessidade de aprofundamento do tema para sua posterior aplicação à realidade, o que também pode ser compreendido como uma justificativa social, em razão do intuito de ofertar contribuições tangíveis à comunidade abordada.

Assim, em âmbito geral, a pesquisa objetivou identificar e analisar os limites e possibilidades de implantação de projetos de TBC na referida comunidade. Em contexto específico, buscou-se compreender os conceitos que norteiam o turismo de base comunitária para subsidiar a análise da comunidade Paraíso, evidenciando seus pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças ao desenvolvimento de ações de turismo de base comunitária. Por fim, buscou-se compreender a significância da comunidade Paraíso (em certificação quilombola), do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e da Trilha Brigadeiro Caparaó e como eles poderão se associar para a oferta de um produto turístico regional forte e sustentável.

Após esta introdução, o trabalho que segue estará dividido em quatro etapas. Apresentar-se-ão as teorias que fundamentaram a análise. Depois, serão apresentados os procedimentos metodológicos, seguidos pela discussão dos resultados, na qual são trazidas e analisadas informações sobre a comunidade-alvo, e, por fim, apresentar-se-ão as considerações (não) finais, uma vez que muitas possibilidades de estudos complementares poderão ser desenvolvidas.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trazidos à força como mercadoria, os africanos chegaram ao Brasil por volta de 1550 para trabalhar em fazendas, fábricas e minas, iniciando-se a história de mais de 300 anos de exploração econômica, social e cultural dos povos negros brasileiros. Submetidos a condições desumanas, aqueles que conseguiam escapar dos capatazes e seus senhores

refugiavam-se em regiões despovoadas e de difícil acesso, às vezes em meio à mata fechada, para dificultar a recaptura, constituindo o que ficou conhecido como quilombo (Xavier, 2023).

Com as atrocidades que ocorriam durante a exploração da mão de obra, surge as primeiras definições (*sic*) de quilombo dada em 1740 pela legislação brasileira com objetivo de reprimir a resistência negra, assim, definiu-se quilombo sendo, “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Prioste; Barreto, 2002, p.5, *apud* Xavier, 2023, p.72).

Com a instituição da Lei Áurea, em 1888, descendentes e remanescentes de escravos refugiados comunitariamente em regiões antes nunca habitadas foram nomeados quilombolas. Xavier (2023, p.118) compreende o quilombo como um “território que possui suas próprias territorialidades formadas por um conjunto de ações que fazem parte das transformações e realidade local”. Para a autora, territorialidades são a “capacidade do homem em modelar o meio em que vive” (Xavier, 2023, p.27) e resultam na identidade de cada quilombo, que é construída de acordo com a extensão e características do espaço físico ocupado, quantidade de membros, constituição das habitações e acesso aos recursos necessários à sobrevivência dos habitantes.

Após extensa revisão literária, Xavier (2023, p.13) reforça que o território “é uma porção específica de terra acrescida de configuração sociológica, geográfica e histórica, cercada por atores que disputam interesses nas dimensões econômica, política, cultural e da natureza”. Nesta concepção, o território é o resultado da interação entre o elemento humano e a porção de terra que ele ocupa. Moura (2012, p.21) *apud* Santos, R. (2019, p.16) destaca que:

o valor da terra para os habitantes remanescentes de quilombos é diferente do valor da terra para os demais que exploram a atividade rural. Terra é patrimônio cultural, terra é plantar para sustentar a família, terra é vida, terra é festa, terra é história dos antepassados, é religiosidade. Terra é TUDO.

Assim, compreende-se que há profunda relação entre os quilombolas e o território ocupado. Mais que um espaço de resistência (Arruda; Xavier; Mariani, 2021), esse território é dotado de carga cultural, espiritual, afetiva e simbólica, presente na estrutura da coletividade social organizada em que há liderança, mecanismos de tomada de decisão, representação da constituição identitária do grupo e legitimidade para fazer cumprir as leis consuetudinárias (Oliveira, 1998, p.56, *apud* Santos, A. 2018).

Sobre a constituição identitária que titula os quilombolas como comunidades tradicionais, Santos, A. (2018) define que são regidas pelo comunitarismo, cooperação social e sobreposição de bens e serviços coletivos sobre os bens e serviços individuais. Com base em

Diegues (2004, p.66), a autora explica que, na comunidade tradicional quilombola, “a propriedade comum é permeada por teias de parentesco, compadrio, ajuda mútua, e por normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupala” (Santos, A., 2018, p.66).

Contudo, ao longo dos anos e dos processos de “branqueamento dos saberes” (Santos, R., 2019, p.42) pelos quais os povos tradicionais passaram e que enfraqueceram suas práticas, é preciso compreender as territorializações, vistas por Xavier (2023) como saídas e (re)entradas nos territórios físicos e culturais a que estes povos estão sucintos, como processos que influenciam em suas constituições identitárias, muitas vezes descaracterizando-as. Sobre estas transformações, Santos, A. (2018, p.10) explica que:

as respostas dos grupos que compõem os povos tradicionais não são necessariamente de resistência. Dado cultura como um conceito dinâmico, o modo de vida e valores compartilhados se mantêm e se atualizam mediante constante transformação (Sahlins,1997). Assim, os grupos anteriormente marcados pelo intenso contraste às lógicas culturais e territoriais das sociedades urbanas passam a incorporar elementos de tais sociedades em seus sistemas tradicionais. Isto é, à bagagem de conhecimentos tradicionais (aqueles passados oralmente de geração a geração) são adicionados novos conhecimentos. A este fenômeno, Begossi (1998) atribui o conceito de populações neotradicionais.

Ainda que estejam expostas a lógicas distintas e sobreposições da territorialidade urbana-industrial, as comunidades tradicionais contemporâneas ressignificadas e ressemantizadas, como define Leite (2000, p.342, *apud* Sudré e Figueiredo, 2023), devem se autorreconhecer. Corroborando a afirmativa, Santos, A. (2018, p.11), embasada em Barth (1976), explica que “a identidade étnica institui o pertencimento a um grupo étnico por autoatribuição e atribuição por outros”. Leão (2021) explica que esta conceituação se relaciona ao princípio de autorreconhecimento atribuído aos povos tradicionais, que se configura na legislação brasileira como o primeiro passo para que estes povos sejam certificados como comunidades remanescentes de quilombos e acessem políticas públicas pertinentes. Sobre a definição legal de comunidades tradicionais, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu Artigo 3º, Inciso I, define que estes são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição. (BRASIL, 2007).



Na concepção dos autores e da legislação, o autorreconhecimento se configura como pressuposto para que uma comunidade seja titulada como tradicional. Contudo, o desafio que se apresenta às comunidades em processos de estruturação e certificação é que compreendam que, na contemporaneidade, tradição e inovação coabitam os mesmos espaços, sendo necessário que o grupo equilibre suas práticas de modo a conhecer os costumes dos antepassados, preservando aqueles que lhes sejam favoráveis, ao mesmo tempo em que se adaptam às lógicas criativas do mercado, obtendo novos mecanismos de sobrevivência sem comprometer sua constituição identitária. É nesta lógica que o TBC se apresenta como proposta de equilíbrio e será aprofundado nos próximos tópicos.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Como resposta ao turismo de massa ou turismo convencional, o turismo rural apresenta-se como ressignificação do fenômeno turístico na qual às características do meio rural, antes “simplistas e ‘atrasadas’” (Chicico, 2012, *apud* Nascimento; Lima, 2020, p.11), mediante à “disponibilidade dos recursos naturais e o silêncio predominante no campo”, passam a ser interpretadas e comercializadas como recursos para obtenção de tranquilidade e saúde, em contraposição à vida estressante na cidade. Assim, o turismo rural qualifica-se como atividade turística que acontece no espaço rural, comprometida com a produção agropecuária, “possibilitando a valorização dos produtos e serviços, bem como o processo de resgate do patrimônio cultural e natural da comunidade” (Ministério do Turismo, 2010, *apud* Nascimento; Lima, 2020, p.21).

Em sua pesquisa, Nascimento e Lima (2020) destacam que o turismo rural deve pautar-se em relações respeitadas entre visitantes e visitados, favorecendo a inclusão dos moradores e a valorização da cultura e modo de vida locais. Sobre este interesse no íntimo da comunidade, Barreto (2003, p.19, *apud* Farias *et al*, 2022, p.223), em uma analogia entre o turismo rural e o turismo cultural, define a associação destes segmentos como “todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana”, esteja ela relacionada a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou quaisquer povos que mantenham resguardadas suas peculiaridades e sejam estas objeto de curiosidade, “entendida como o interesse pela formação, pelo patrimônio cultural, modos de vidas, dentre outros” (Pérez, 2009, *apud* Santos, R. 2019, p.38).

Ao lembrar Vezzani (2008, p.30-31), Nascimento e Lima (2020, p.21) destacam as seguintes características para viabilização do turismo rural:

a propriedade e suas instalações devem ser adaptadas para receberem os turistas, sem, contudo, sofrerem grandes modificações estruturais, a não ser que sejam necessárias. Devem ser: harmônicas com o meio, se caracterizarem como sendo uma atividade democrática, não havendo necessidade de grandes espaços para serem viáveis, porém comprometidas com a produção agropecuária, com a comunidade local, com o meio ambiente e com a cultura regional. Também não devem ser: massivas como no turismo de litoral; o atendimento deve ser pessoal e familiar; facultar a criação de postos de trabalho especializados no meio rural, promovendo a fixação do homem no campo – contrário ao êxodo rural –; resgatando a riqueza e as variedades da cultura do meio rural e promovendo agregação de valor aos produtos oriundos do campo, bem como sua verticalização.

Xavier (2023, p.123) explica que “a paisagem cultural demonstra a identidade territorial que os turistas desconhecem” e que isso “implica em uma prática turística mais genuína, autêntica e marcadamente experiencial” (Mielke; Pegas, 2013, *apud* Arruda; Xavier; Mariani, 2021, p.232). Assim, a exemplo das comunidades quilombolas, a atividade turística no meio rural posiciona-se “por considerar relevante a narrativa do sujeito enquanto demonstração de suas manifestações e saberes” (Sudré; Figueiredo, 2023, p.409). Mais adiante, os autores acrescentam que:

Nesse contexto, os turistas que buscam a cultura quilombola são motivados pelo desejo de entrar em contato com características originais, que muitas vezes fazem parte do processo de autoconhecimento de suas próprias origens e patrimônio. As manifestações culturais são representativas do patrimônio de uma determinada comunidade: conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, danças típicas, religiosidade, gastronomia, artesanato, musicalidade, performances artísticas, dentre outras (Dias; Aguiar, 2002, *apud* Sudré; Figueiredo, 2023, p.410).

É neste cenário que ganham destaque as possibilidades alternativas de turismo no meio rural, dentre os quais o turismo de base comunitária, que surgiu na América Latina em torno de 1980 através do turismo rural comunitário (Leão, 2021, p.12). No território brasileiro, as primeiras experiências de TBC desencadearam-se a partir de meados da década de 1990, porém, sem respaldo de políticas e órgãos públicos (Buck, 2020). Somente a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo e do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, é que o turismo de base comunitária, “pela primeira vez, passou a ser reconhecido pelo governo federal como um modelo alternativo para o turismo e um possível indutor do desenvolvimento local” (Brasil, 2010; Pinheiro, 2014, *apud* Buck, 2020, p.28). Porém, a literatura ressalva que se trata de uma prática realizada em baixa escala e que só induz

desenvolvimento quando é fundamentada na participação da população local em todos os processos, do planejamento à execução e ao monitoramento,

apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza. (Ferreira, 2019, p.112, *apud* Leão, 2021, p.12).

Em linhas gerais, desde suas primeiras experiências em solo nacional, o TBC se configura como prática de associativismo turístico que nasce no seio da comunidade. Organizada coletivamente, a comunidade é a detentora da prática, ditando suas regras, planejando e executando as ações, independente de receber amparo externo.

Silva (2018) esclarece que uma das vantagens do TBC que o qualificam como tendência contemporânea é seu vínculo com as tendências globais de responsabilidade social e ambiental. Para a autora, a emergência de uma demanda mais exigente em busca de experiências qualificadas abriu uma fenda no mercado para este turismo:

[...] novas tendências tem marcado também a “ressignificação” do turismo, como, por exemplo, uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, o que passou a influenciar operadoras e agências internacionais, que, por sua vez, buscaram dar maior visibilidade a destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um ‘cidadão global’, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do ‘cardápio’ de opções disponíveis (Irving, 2009, p.109, *apud* Silva, 2018, p.57).

Ao citar Krippendorf (2009, p.145), Coriolano e Vasconcelos (2014, p.14), Santos, A. (2018) ressalta que, no meio rural quilombola, em que as práticas econômicas giram em torno da atividade agrícola familiar, o turismo de base comunitária tende a contribuir para o desenvolvimento de pluriatividades. Alentejano (1999) e Wanderley (2000), *apud* Xavier (2023, p.43), destacam que esse processo de pluriatividade “consiste na inserção de outras atividades além da agricultura” e que “apresenta uma finalidade de inclusão e não de exclusão da atividade agrícola, ou seja, uma estratégia de diversificação das atividades”.

Sudré e Figueiredo (2023, p.409-410) destacam que o turismo de base comunitária não se trata especificamente de um “segmento de mercado turístico, mas de uma forma de organização da visitação, em que a comunidade pode gerar e estabelecer os limites para essa experiência em seu território”. Os autores complementam que esta modalidade se destaca no meio social das comunidades quilombolas mediante ao potencial que apresenta para

“fortalecimento do grupo, na medida em que demanda a autogestão e participação comunitária” (Sudré; Figueiredo, 2023, p.409). Contudo, Pinheiro (2017, p. 15) reforça que “é imprescindível verificar com a própria comunidade se o turismo é uma atividade desejada”.

Ao citar a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) em seus estudos, Santos, R. (2019, p.46) apresenta os seguintes objetivos para o turismo de base comunitária:

- a participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território como proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais;
- a concepção do turismo como uma atividade complementar a outras atividades econômicas já exercidas pela comunidade;
- a geração e distribuição de renda igualitária, proporcionando preços justos, satisfazendo tanto a comunidade como o turista;
- a valorização da cultura local e o fortalecimento da identidade cultural. Promoção do intercâmbio entre turista e visitante;
- a compreensão de que o turismo só é viável quando desenvolvido de forma associativa;
- a conservação e sustentabilidade ambiental;
- a cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária;
- a implantação de regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local com a gestão do turismo;
- a posse do território pela comunidade através do turismo de base comunitária (Araújo, 2008, p. 243).

Desenvolvido sob o protagonismo da população quilombola, o turismo de base comunitária pode gerar benefícios diversos, como: promover a “(re)distribuição de riquezas e recursos” (Arruda; Gonçalves, 2020, p.231); auxiliar no complemento da atividade agrícola, gerando emprego e renda e combatendo a evasão rural (Santos, R., 2019); promover a qualidade de vida e a sustentabilidade (Sudré; Figueiredo, 2023); e propiciar aos visitantes “experiências que gerem um processo educativo” (Santos, R., 2019, p.38-39) a respeito das comunidades visitadas. Além disso, a prática coordenada e planejada age “propiciando inovações e ressignificações dos patrimônios materiais e imateriais” (Santos, 2019, p.40); promovendo o “resgate da autoestima das crianças e dos jovens negros” (Cardoso; Bomfim, 2020, p.11-12); fazendo emergir ou intensificar o “senso de pertencimento, tornando-se um elemento-chave na satisfação dos residentes e dos turistas” (Sudré; Figueiredo, 2023, p.415).

Para além dos benefícios, diversos acadêmicos chamam a atenção para os processos de planejamento participativo e desenvolvimento do turismo de base comunitária que incumbem desafios, como: adaptar as expectativas às reais necessidades levando à propensão da atividade como instrumento de defesa territorial na qual o protagonismo da comunidade seja

evidente em todas as fases (Coriolano, 2006, p.371, *apud* Santos, A., 2018); estabelecer “práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados” (Santos, A., 2018, p.55); aumentar “a representatividade das próprias comunidades na gestão do turismo comunitário” (Santos, A., 2018, p.76-77); “reforçar o protagonismo feminino e o juvenil no processo de tomada de decisões” (Arruda; Gonçalves, 2020, p.116); firmar parcerias com agências de turismo e entidades promotoras; qualificar a mão de obra; criar uma associação para regularizar o território; cobrar a execução das políticas públicas e infraestruturas necessárias (Xavier, 2023).

Sob essa ótica, é preciso que o turismo a ser desenvolvido nessas comunidades tradicionais esteja calcado nas perspectivas propostas pelo turismo de base comunitária, ou suas derivações (turismo responsável, turismo cultural, turismo sustentável, turismo pedagógico, turismo de base comunitária étnica, turismo de natureza, afro-turismo, turismo de base comunitária), mas de forma que o entrelaçar desses diversos tipos de turismo assegure o protagonismo quilombola no seu desenvolvimento. (Santos, R., 2019, p.44).

Em se tratando de grupos quilombolas, visto as características que permeiam seu passado e presente envoltas em laços de associativismo e colaborativismo, o TBC encontra aí solo fértil para sua estruturação, apresentando-se como ferramenta para o empoderamento e desenvolvimento dessas comunidades. Contudo, é preciso que, além da participação ativa e autogestionária das populações quilombolas receptoras em todas as fases do processo, essa estruturação esteja pactuada na solução dos desafios anteriormente descritos, resultando numa atividade que se sustentará. Buscar-se-á, adiante, compreender se a comunidade Paraíso apresenta tais características.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa seguiu abordagem qualitativa de natureza exploratória embasada em pesquisa documental e bibliográfica, complementada pela coleta de narrativas junto à comunidade Paraíso. A pesquisa qualitativa foi escolhida por envolver “a coleta de uma quantidade de informações, porém, sobre um número pequeno de pessoas” (Farias *et al*, 2022, p.228), buscando investigar suas experiências, comportamentos e sentimentos.

O método consistiu no estabelecimento de diálogos seguindo roteiro semiestruturado, aplicado junto aos moradores, em seu próprio território. Foram realizados 11 procedimentos, correspondendo à amostragem de 10% do público-alvo, dentre homens e mulheres, jovens,

adultos e idosos, selecionados por critério de disponibilidade, papel desempenhado na comunidade e, em alguns casos, perfil para o desenvolvimento de projetos de turismo. Anterior a cada conversa, foram apresentados a motivação e os objetivos do estudo, sendo aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes tiveram as identidades sigilosas e as visitas à comunidade aconteceram 10 de janeiro de 2024.

Após coleta de informações por meio de registro oral procedeu-se à transcrição e análise do conteúdo com base no referencial teórico, no problema e nos objetivos do estudo. Foram selecionadas pela pesquisadora informações referentes à constituição da comunidade, suas características tradicionais e inovadoras, assim como aquelas necessárias à estruturação do TBC e seus fatores limitantes. Após a avaliação dos resultados pode-se compilar as considerações finais da pesquisa para uma provável estruturação de projeto de turismo de base comunitária na comunidade Paraíso.

BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE

Segundo relato dos moradores mais antigos, a comunidade Paraíso foi fundada há aproximadamente 150 anos por um casal de irmãos escravos que, fugitivos de uma senzala do território de Itaperuna – RJ, vieram cortando trechos de mata e acompanhando margens de rios até atingirem a localidade de Bicuíba, povoado de São Francisco do Glória – MG, vizinho a Fervedouro, onde a comunidade se localiza. Um morador explica que a denominação da comunidade está, inclusive, relacionada à chegada desses primeiros habitantes:

Aqui chama Paraíso por causa de quando meus avós saíram da senzala. Saíram de lá e veio para aqui. Depois de tanto sofrimento, e desde que chegaram aqui ficaram livres dos fazendeiros.... Chegaram aqui e começaram a trabalhar, abriram o campo para trabalhar, e aí falou: qual o nome que nós vamos pôr? Por sentir livre, vamos pôr o nome de Paraíso. Nós saímos de um lugar de muita aflição, de muito sofrimento, agora estamos no paraíso! (Quilombola A, masculino, 70 anos).

A estes irmãos, cujos possíveis nomes eram Maria Carolina e José Emídio Machado (ou José Estácio) juntaram-se outros em matrimônio, possivelmente da família Evangelista-Geraldo. “De lá, veio só os dois. Depois veio de outros lados, e depois chegaram os Mantinos e os Gomes, que vieram também” (Quilombola A, masculino, 70 anos). Assim, segundo relato oral, foram se constituindo as primeiras famílias que desbravaram as densas matas, abrindo campos para cultivo e definindo os limites do território que hoje pertence à

comunidade Paraíso (Fazenda Paraíso). A confusão sobre os nomes desses primeiros habitantes também é explicada pelo mesmo morador, segundo o qual “de primeiro, ninguém sabia nada, ninguém escrevia nada, virava uma emboleira”, referindo-se à inexistência de registros escritos e documentais. Contudo, “os primeiros aqui foram um casal de irmãos que depois casaram com outro casal de irmãos que vieram para cá” (Quilombola F, feminino, 64 anos).

Conforme narrado pelos atuais moradores, o processo de escrituração das terras foi tão complexo quanto a fuga e chegada de seus primeiros habitantes. Se estes, por um lado, tomaram posse do terreno sem muitos desafios e lá permaneceram por anos como quem vivia no paraíso, seus descendentes tiveram que travar novas batalhas para garantir a propriedade da terra, que só foi escriturada por volta da década de 1980, sob risco de serem expulsos da localidade, conforme narra o quilombola B, masculino (70 anos): “tinha dois fazendeiros que queriam expulsar eles de qualquer maneira. Aí, eles precisaram ficar duro na touceira para eles não expulsarem, e arrumar o documento. Deus ajudou que conseguiram o documento”. Com a “ajuda de Deus” e de um advogado que também exercia mandato como deputado estadual, ao qual os moradores só lembram o primeiro nome (Dr. Expedito), a escrituração das terras foi legalmente concedida aos descendentes dos escravos que fundaram a Fazenda Paraíso.

A comunidade Paraíso, localizada em área rural de Fervedouro – MG, está distante 13 quilômetros da sede administrativa do município, sendo acessada a partir da Rodovia Federal BR-482 com destino ao distrito de São Pedro do Glória, sentido ao Parque Estadual Serra do Brigadeiro (PESB) e ao município de Araçuaia - MG. Antes de se atingir o primeiro distrito e ponto de referência, deverá ser tomada estrada vicinal rural com destino à área central da comunidade onde estão situados os dois principais pontos de convivência dos moradores, a antiga sede da Escola Municipal Paraíso (desativada) e a Igreja Católica Santa Teresinha do Menino Jesus, ambas na mesma propriedade, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Centro da comunidade Paraíso

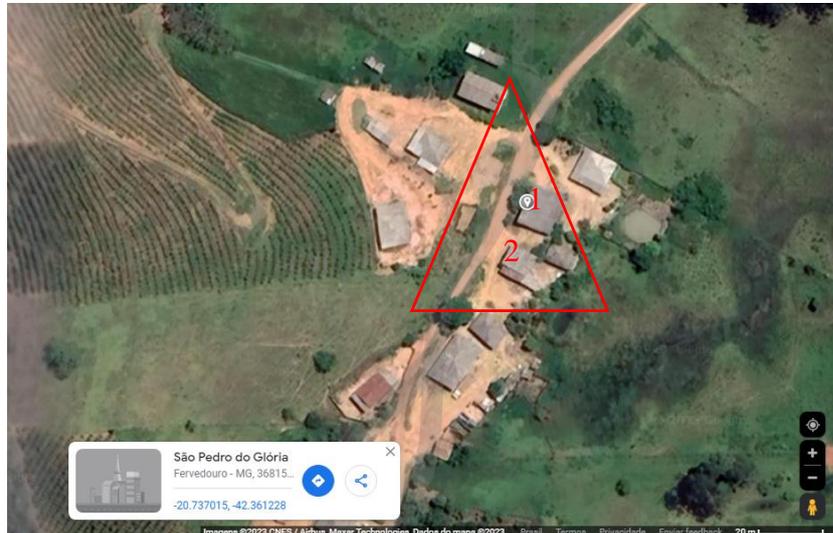


Figura 1: no perímetro triangulado estão demarcadas as sedes da antiga Escola Municipal Paraíso (1), localizada nas coordenadas - 20.737015,-42.361228, e da Igreja Católica Santa Terezinha do Menino Jesus (2), principais centros de convivência dos comunitários da Paraíso. Fonte: Google Maps, acesso em 7 de ago/2023

Figura 2 – Localização da comunidade Paraíso em relação à sede de Fervedouro e ao distrito de São Pedro do Glória

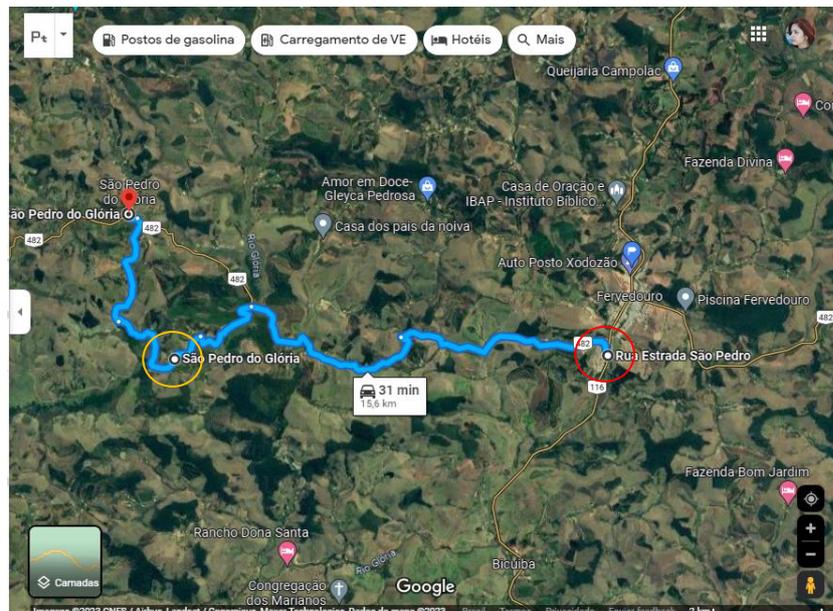


Figura 2: a partir do ponto inicial (círculo vermelho), o centro da comunidade Paraíso (círculo amarelo) distancia-se 13 quilômetros, podendo ser acessado pela BR-482. Fonte: Google Maps, acesso em 7 de ago/2023

Apesar da maior parte do acesso à comunidade ocorrer pela BR-482, não há pavimentação asfáltica, constituindo-se em estrada de chão batido pavimentada por ensaibramento. Outras vias rurais pelas quais se acessa a localidade possuem o mesmo tipo de pavimentação. O centro da comunidade, demarcado na figura 1, distancia-se 6 quilômetros do distrito de São Pedro do Glória, onde os comunitários têm acesso a unidades escolares, posto de saúde e pequenos comércios. O transporte até lá se faz em veículos movidos a tração animal, automotores próprios e os do Poder Público, no caso de carros escolares e da Saúde.

Atualmente a comunidade é habitada por 108 pessoas que se autorreconhecem quilombolas (embora a certificação oficial ainda não tenha sido expedida) e possuem laços parentais. O morador mais antigo, nascido e criado na localidade, tem 72 anos, e algumas famílias já estão na quinta e sexta gerações. A principal fonte de economia provém do cultivo da terra, com predomínio para plantações de café, milho e feijão que abastecem as residências e tem o excedente comercializado. Há plantações de banana, laranja e cana-de-açúcar para uso doméstico, além de hortaliças para este fim e para o comércio.

A criação de animais se restringe a gado, sendo poucas cabeças, porcos e galinhas na maioria das propriedades, e peixes em menor expressão. Há quem produza artesanalmente fubá moído em moinho de pedra (ou moinho d'água), melado, rapadura, polvilho e farinha de mandioca. Num passado recente, chegaram a produzir uma cachaça que ficou famosa pela fermentação a fubá e ao qual denominaram Cachaça do Quilombo, mas não registraram. Num ambiente onde a maioria trabalha diretamente com a terra, há alguns poucos que correlacionam a agricultura com a prestação de serviços ao Poder Público, dentre os quais uma professora primária e um motorista da Secretaria de Assistência Social.

O catolicismo é a religião predominante entre os moradores, que construíram uma igreja em homenagem a Santa Teresinha do Menino Jesus, padroeira da localidade cuja data festiva é 1 de outubro. Apesar de não haver um conselho ou associação de moradores registrada, a coordenação da igreja, associada aos moradores mais antigos, exerce função mobilizadora, conscientizadora e administrativa em questões de cunho social. Além disso, embora esteja desativada há quase quatro anos, há na localidade uma ramificação da Sociedade São Vicente de Paula, cuja matriz está sediada em Fervedouro. “A gente tem aqui um relacionamento de irmãos que se ajudam. Hoje a Sociedade está desativada, mas já ajudou muita gente daqui e de fora, porque mesmo tendo pouco a gente ajuda quem precisa” (Quilombola C, feminino, 31 anos).

As propriedades são constituídas de pequenas porções de terra que foram sendo divididas ao longo dos anos, (re)escrituradas ou organizadas internamente em documentos denominados recibos. As sedes residenciais ficam próximas umas das outras e são de pequeno porte, a maioria em um pavimento e resguardando características originais, como o telhado de telha cumbuca. O território é cortado pelo córrego Madeira, que nasce nas cabeceiras do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e vai se juntando a outros córregos até formar o Rio Glória, um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul. Há abastecimento de energia elétrica em todas as residências, que utilizam água coletada diretamente em nascentes ou poços artesianos (menor parte), sendo o esgoto doméstico, em sua maioria, depositado em fossas. A comunidade está sob a cobertura de telefonia móvel da operadora Vivo, que abrange, praticamente, 100% de seu território.

A vegetação local foi quase toda substituída por plantações e pastagens, porém há pequenos trechos de mata preservada que ajudam a compor a paisagem da região e se aproximam da área de amortização do PESB, onde foi instalado o marco inicial da Trilha Brigadeiro Caparaó. É neste sentido que a estruturação da comunidade Paraíso para ofertar serviços de turismo de base comunitária se apresenta como complementar ao Parque e à Trilha que, inclusive, em suas próximas fases de manejo, poderá contemplar a comunidade ou acessá-la através de ramificação. Enquanto o Parque e a Trilha constituem os potenciais naturais da região, a comunidade Paraíso poderá prestar serviços de hospedagem, alimentação, passeios e potenciais culturais. Contudo, esta é uma possibilidade cujos desafios precisam ser analisados e, neste sentido, fundamentam-se as discussões deste estudo.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE PARAÍSO

Segundo o referencial que embasou este estudo, o turismo de base comunitária tem como principais características a (1) titularidade das propriedades, (2) a participação comunitária, (3) a distribuição equitativa dos recursos e resultados, (4) a gestão coletiva dos empreendimentos, (5) a preocupação em minimizar o impacto ambiental, (6) a valorização do modo de vida como mecanismo de resgate da identidade cultural, e (7) o desejo compartilhado de desenvolver o turismo como atividade complementar. Com base nestas características, a investigação permitiu avaliar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças à implantação de projetos de TBC na comunidade Paraíso, conforme se apresenta a seguir.

Com respeito à titularidade das propriedades, tratam-se de pequenos terrenos, já escriturados, que juntos constituem a Fazenda Paraíso. Cada terreno é gerido em sistema de agricultura familiar e são comuns os trabalhos associativos, as parcerias e os compadrios: “quando tá precisando de um companheiro, uma hora eles vêm pra gente e depois a gente vai pra eles” (Quilombola B, masculino, 70 anos). A afirmação do morador é confirmada por outros membros da comunidade: “se precisar um do outro, tá todo mundo disposto a ajudar” (Quilombola D, feminino, 39 anos), “quando uma pessoa tem roça e tá passando aperto, o pessoal une e vai lá tirar a roça do mato” (Quilombola E, masculino, 72 anos), “se vai fazer alguma coisa, comunica com todo mundo” (Quilombola F, feminino, 64 anos).

As afirmativas anteriores podem ser empregadas para corroborar a segunda característica selecionada dentre as principais do TBC, que é a participação comunitária. Segundo relatos, é comum a participação dos moradores nas ações socioculturais da comunidade, sendo a Igreja Católica de Santa Teresinha um ponto central para se reunirem e discutirem quaisquer situações, de cunho religioso ou não. “Tudo começa pela igreja, ela é um ponto central” (Quilombola D, feminino, 39 anos), “se existe algum problema a gente reúne lá na igreja e procura entender para resolver” (Quilombola G, masculino, 61 anos).

Questionados sobre as diferenças na participação entre homens e mulheres nos assuntos da comunidade, os moradores foram unânimes em afirmar que não percebem diferenciação: “aqui não tem separação de fulano, beltrano, sicrano, nem de ninguém, e as mulheres são participativas, qualquer evento que aconteça elas estão junto” (Quilombola A, masculino, 70 anos); “quando fizemos a reforma da igreja todo mundo trabalhou, foi homem, mulher e até criança, foi todo mundo” (Quilombola D, feminino, 39 anos); “aqui tem gente que trabalha em profissões diferentes, mas com o mesmo salário, então não vejo diferença” (Quilombola F, feminino, 64 anos).

No entanto, quando abordados sobre a participação do público jovem nos assuntos da comunidade percebeu-se preocupação em desenvolver ações para despertar o interesse e fortalecer essa participação: “quase nenhum jovem participa, especialmente das ações da igreja, por isso ia ser muito bom se tivesse alguma coisa aqui para gerar trabalho para esse pessoal, pra envolver eles” (Quilombola H, feminino, 21 anos); “pra ser sincera, acredito que os mais jovens são os mais desanimados, então a gente tem que cultivar nossos filhos a lutar também” (Quilombola D, feminino, 39 anos); “precisa incentivar os que estão vindo, porque a gente já passou por muita coisa que os jovens tem que dar continuidade” (Quilombola C,

feminino, 31 anos); “não sei se é falta de interesse, porque alguns dizem que não vão mexer com coisas dos antigos” (Quilombola E, masculino, 72 anos).

Em relação à distribuição equitativa dos recursos, percebeu-se que os membros da comunidade são participativos e atuam em mecanismos de solidariedade e cooperação quando estão diante de algum desafio ou problema que abrange o território e/ou aos seus membros individualmente. Porém, não se percebeu essa mesma intensidade de cooperação quando se tratam de resultados e conquistas, conforme a fala do morador: “na hora de comprar um adubo, de vender um café, podia ir todo mundo junto para conseguir um preço melhor, mas vai cada um por conta própria” (Quilombola E, masculino, 72 anos).

Como grupo tradicional e familiar, a comunidade Paraíso mantém preservados mecanismos culturais de liderança, nos quais há uma organização encabeçada pelos moradores mais antigos. Ao longo dos anos, a escolha desses líderes foi acontecendo de forma natural, associando a experiência dos mais velhos à disponibilidade para representar a comunidade: “na época do meu pai, era ele quem administrava. Aí, quando o pai faleceu, os outros falaram: todo mundo procurava o seu pai e agora vão ser vocês” (Quilombola B, masculino, 70 anos); “todo mundo procura conversar com meus irmãos que são um pouco mais velhos, mas alguns aconselha com a gente também” (Quilombola F, feminino, 64 anos).

No entanto, apesar de haver concordância entre os abordados na indicação dos três principais líderes da comunidade, sendo estes seus anciões, foram mencionados outros membros, de gerações mais recentes, inclusive mulheres, como representantes da localidade escolhidas pela disponibilidade de atuação, conhecimento formal adquirido em anos de escolaridade e busca por inovações que beneficiem o território: “a gente é muito curiosa, então, quando a gente quer uma coisa, a gente corre atrás” (Quilombola D, feminino, 39 anos). Logo, apesar da presença marcante de certos líderes, percebeu-se abertura para a gestão coletiva dos assuntos da comunidade com destaque para a autonomia feminina.

Apesar da proximidade com o Parque Estadual Serra do Brigadeiro, que é uma importante reserva ecológica da região, e com as cachoeiras que compõem o patrimônio natural do município, concentradas especialmente nos arredores do distrito de Bom Jesus do Madeira, o território ocupado pela comunidade apresenta poucos trechos de mata intocada, porém, os abordados pelo estudo foram unânimes em afirmar que a maioria dos moradores tem buscado a preservação dos recursos naturais: “a gente sabe que se num cuidar vai acabá e isso aqui é o nosso paraíso” (Quilombola B, masculino, 70 anos); “nós estamos tentando

melhorar, porque se não zelar do que tem, acaba” (Quilombola A, masculino, 70 anos); “eu gosto, assim, de água boa, sem problemas, sem veneno” (Quilombola E, masculino, 72 anos).

Ainda com respeito à valorização dos recursos naturais e culturais presentes nos modos de ser e viver da população, unanimemente os abordados demonstraram apreço e apego à localidade: “é um lugarzinho muito bom de se viver” (Quilombola I, feminino, 38 anos); “eu acho que se falar que vai tirar alguém daqui, vai arrumar uma briga feia” (Quilombola D, feminino, 39 anos); “a gente, nascido e criado no lugar, a gente ama o lugar, ama” (Quilombola E, masculino, 72 anos); “a gente roda pra todo lado, mas depois, em primeiro lugar, volta pra cá” (Quilombola A, masculino, 70 anos). As afirmativas corroboram Santos, R. (2019, p.16) que, ao citar Moura (2012, p.21), destaca que, para os quilombolas, o valor de sua terra é diferenciado, para eles “terra é TUDO”.

No quesito valorização do modo de vida e resgate da identidade cultural, percebeu-se que os comunitários, embora se autorreconheçam quilombolas, sentem que perderam parte de sua identidade. No entanto, uma parcela deles reconhece a permanência de alguns traços e a necessidade de resgatar outros: “a gente escuta que não vai dar certo porque somos novas gerações e ninguém vai saber contar a história. Mas tem coisa que é igual à época dos primeiros, o moinho d’água é um exemplo” (Quilombola C, feminino, 31 anos). Nesta perspectiva, destaca-se o que certos autores mencionam sobre as dificuldades de autorreconhecimento dos moradores face aos processos pelos quais passaram convertendo-se, muitas vezes, em “populações neotradicionais” (Begossi, 1998, *apud* Santos, A., 2018, p.10).

Com relação à sétima característica, que faz menção ao desejo compartilhado pela comunidade em desenvolver o turismo de forma complementar, verificou-se que os comunitários possuem pouca informação sobre o que venha a ser turismo, qualificando-o pela relação com as belezas naturais do território. Poucos se lembraram do próprio modo de vida e cultura, que são o elemento principal, segundo Barreto (2003, p.19), *apud* Farias *et al* (2022, p.223), para a execução de empreendimentos de turismo de base comunitária. Contudo, questionados sobre as reações quando em situação de visita à comunidade, os moradores relataram que ela aprecia ser visitada e que seus membros se reúnem para conversar e cooperar nesses momentos: “é quando tem visita que junta mais gente da comunidade para receber” (Quilombola D, feminino, 39 anos); “como é bom, gente, quando tem visita tem coisas novas!” (Quilombola A, masculino, 70 anos).

Ainda com respeito à visita, a quilombola H (21 anos) destacou que, comumente, no período de inverno, em que há abundância de peixes no rio Madeira, “uma Kombi lotada

chega para acampar e pescar” e lá permanecem por dias. Questionada sobre a origem dessas pessoas, ela não soube explicar, mas deixou claro que se tratam de desconhecidos sem quaisquer vínculos com os moradores e que estes permitem o acesso e uso de seus terrenos pelo prazo em que pescadores desejarem, sem cobrar taxa, aproveitar a visitação para comercializar algum produto ou prestar serviços.

O quilombola G (61 anos), explicou que, no passado, a comunidade recebia bastante visita o quando havia partidas de futebol no campo. Porém a atividade foi diminuindo e a comunidade deixou de receber essa visita o e, com isso, perdeu uma das principais atividades esportivas e de lazer ofertada, especialmente à juventude. “Uma coisa turística que tinha aqui era o futebol, era uma festa no campo que atraía muita gente!” (Quilombola G, masculino, 61 anos). Esse mesmo morador relatou que, na comunidade, já existem iniciativas voltadas para o turismo: “tem um rapaz ali que t  construindo, vai fazer piscina e l  tem uma casa que recebe”.

O empreendimento mencionado é denominado Sítio Paraíso e pertence a um casal cuja esposa   aparentada com os membros da comunidade. Com o objetivo de hospedar e ofertar atividade de pesque e pague, a proprietária explica que seria oportuno ter parceiros para oferecer serviços de gastronomia: “eu não mexo porque não tenho coisas de culinária, mas alguém poderia estar mexendo” (Quilombola I, feminino, 38 anos). Na mesma perspectiva, a quilombola J (40 anos), que produz artesanalmente polvilho e farinha de mandioca, destacou que poderia expandir a produ o trabalhando em parceria. No momento, ela conta com a ajuda de alguns vizinhos que fornecem a mandioca enquanto ela faz o polvilho e divide o produto   meia. O excedente é vendido no distrito de São Pedro do Glória por encomenda, mas há quem deseje comprar e fique sem. A técnica da produ o de farinha e polvilho artesanais foi aprendida com a mãe e, apesar de seus produtos serem conhecidos há mais de dez anos, eles ainda não têm marca.

Orientados sobre o que venha a ser turismo de base comunitária e questionados sobre a possibilidade de desenvolver projetos deste segmento, os moradores mostraram-se interessados em experimentar a atividade de forma cooperada: “alguém pode tomar essa parte da cozinha para t  fornecendo alimento e se precisasse de uma ajudinha a gente tava pronto para dar ou apontar alguém” (Quilombola F, feminino, 64 anos); “o pessoal gosta muito daqui, desse negócio de roça, e se tivesse alguma coisa para animar seria bom” (Quilombola H, feminino, 21 anos); “se pudesse desenvolver um projeto aqui, para que o povo pudesse

estar junto, era uma beleza, gerava dinheiro, renda, trabalho na comunidade” (Quilombola A, masculino, 70 anos).

Questionados sobre os problemas que o turismo possa gerar, a maioria não soube responder, com exceção de uma moradora que alertou para a incidência de lixo e a perda da tranquilidade do local: “o lugar é muito calmo, a gente não quer perder essa tranquilidade” (Quilombola D, feminino, 39 anos). Em confirmação, outros destacaram o sossego e segurança que desfrutam na comunidade: “os jovens aqui estão crescendo naquele ambiente de pessoas honestas, boas. Caça dentro desse córrego se algum dia teve polícia aqui?!” (Quilombola A, masculino, 70 anos).

Com respeito aos problemas atuais da comunidade e que venham a interferir no desempenho do turismo e no bem-estar dos moradores, a maioria destacou as condições de tráfego das estradas vicinais, a demora na marcação de exames e consultas especializados através do posto de saúde que os atende no distrito de São Pedro do Glória, há seis quilômetros, e a inexistência de coleta de lixo na localidade: “a gente tem que carregar o lixo lá pra estrada principal. O caminhão podia passar aqui ó menos uma vez na semana” (Quilombola B, masculino, 70 anos). No entanto, de forma geral, os abordados demonstraram contentamento com o lugar onde vivem e suas condições atuais, que podem ser ampliadas mediante a estruturação de projetos turísticos de cunho endógeno:

Praticamente, aperto por esse mundo afora todo mundo passa, né? Mas, na realidade, aqui tá dando pra sobreviver. Aqui, então, tá sendo Paraíso. Tá dando pra sobreviver de uma forma ou de outra, lá vai dando. Não é com facilidade, porque com facilidade não existe em lugar nenhum. Lugar fácil, bom de viver, é só no céu, né? Então, tá dando pra levar. (Quilombola A, masculino, 70 anos).

Do ponto de vista técnico, a análise realizada constatou que a comunidade apresenta a maioria das características necessárias para o desenvolvimento do turismo de base comunitária conforme ratificado nas falas dos moradores. Dentre as sete características do TBC elencadas para esta discussão, quatro foram facilmente encontradas no público-alvo e três foram encontradas com ressalvas para pequenas melhorias ou aprofundamento.

As características (1) titularidade das propriedades, (4) gestão coletiva dos empreendimentos, (5) preocupação em minimizar o impacto ambiental e (7) desejo compartilhado de desenvolver o turismo se qualificaram dentre o grupo das características sem ressalvas, constatadas com facilidade perante os moradores abordados, que se mostraram autoconfiantes em suas afirmativas. Contudo, as características (2) participação comunitária,

(3) distribuição equitativa dos recursos e resultados e (6) valorização do modo de vida como mecanismo de resgate da identidade cultural, embora apresentando aspectos positivos e imprescindíveis ao TBC, permitiram o diagnóstico de questões que precisam ser sanadas ou melhor compreendidas pelos moradores da Paraíso.

Com respeito à participação comunitária, característica 2, ficou evidente que o público-alvo é atuante nas questões de seu grupo. Contudo, há preocupação com os mais jovens, que, segundo consenso entre os participantes deste estudo, são os mais desinteressados, representando risco à continuidade do TBC ou de qualquer projeto que a comunidade deseje implementar, inclusive à própria existência futura da comunidade, visto que esses jovens podem alçar novos voos em horizonte distantes caso suas raízes na comunidade Paraíso não sejam profundas.

A distribuição equitativa dos recursos e resultados, característica 3, é outra que ameaça o sucesso de empreendimentos de turismo de base comunitária, visto que os moradores ainda não se organizaram para obter conquistas coletivas, como realizar compras e vendas conjuntas, por exemplo. No entanto, já existe um hábito forte de associação para resolver problemas, logo, será questão de adaptação de foco e interesse, além da eleição de lideranças e representatividades capacitadas, para que a distribuição dos resultados do TBC seja palpável.

Em relação à característica 6, que diz respeito à valorização do modo de vida como mecanismo de resgate da identidade cultural, apesar de constatadas diversas possibilidades, que vão dos hábitos de liderança à produção artesanal de alimentos, passando por uma farmácia de medicamentos naturais alternativos que o quilombola A, masculino (70 anos) mantém em sua propriedade só para citar alguns exemplos, a quase totalidade dos abordados, quando questionados sobre o desenvolvimento do turismo em sua comunidade, não se atentou para o fato de que sua rica cultura e modos de vida constituem uma possibilidade e tanto (Nascimento; Lima, 2020). A hipótese mais provável, confirmada pelas narrativas colhidas, talvez seja a de que os moradores da Paraíso desconhecem o significado do termo turismo e de suas variações, especialmente a cultural.

Com base nesta análise, que embora tenha buscado conhecer a fundo as possibilidades e desafios para a implantação do TBC na comunidade Paraíso tratou-se de estudo exploratório preliminar, sendo pertinente novas abordagens para o tema e outras questões que afetam a comunidade, as características positivamente constatadas (1,4, 5 e 7) permitem classificar o TBC como uma possibilidade viável para a comunidade Paraíso. Para complementar, as

demais características (2, 3 e 6), ainda que necessitem de melhorias, também contribuem favoravelmente na constatação das hipóteses cujas considerações (não) finais apresentam-se na sequência.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

A investigação permitiu constatar que, no momento, a comunidade Paraíso dispõe de características propícias ao desenvolvimento de projetos de turismo de base comunitária, sendo estas apontadas como forças que, devidamente estruturadas, se converterão em oportunidades de desenvolvimento endógeno. Destaca-se que este desenvolvimento é calcado em parâmetros internos, visto que deve ser estruturado de dentro para fora, fundamentado em pilares de gestão democrática e participação popular cooperada em todas as fases, sendo estas características primárias do TBC.

Foi constatado que os comunitários já detêm a titularidade da terra e que frequentemente trabalham em parceria e associação. Contudo, os laços dessa cooperação são mais fortes em situações de conflito, necessitando serem fortalecidos para obtenção de ganhos e resultados, o que, no momento, é visto como fraqueza e ameaça, mas pode conquistado através de treinamentos e da estruturação de um conselho e/ou associação comunitários para coleta de informações, planejamento e desenvolvimento das ações pactuadas pelos membros.

Os quilombolas da Paraíso tiveram seu território escriturado na década de 1980, o que representa uma grande conquista. De lá para cá, foram realizadas (re)divisões e, atualmente, cada pequena propriedade é administrada em sistema de agricultura familiar, com relações de compadrio quando necessário. Dessa forma, cada propriedade é gerida pela família que é sua titular, no entanto, costumam ser constituídas parcerias e buscadas orientações junto aos membros mais velhos, apontados como líderes locais. Ainda que hajam tais lideranças, percebeu-se abertura para novos representantes, inclusive mulheres, que se mostraram disponíveis, interessadas e “curiosas”, como apontou a quilombola D (39 anos).

Do ponto de vista da minimização dos impactos ambientais, os quilombolas demonstraram ter ciência sobre os resultados negativos a que estarão sujeitos se não preservarem. Contudo, constatou-se que há poucos pontos de mata intacta no território, pois a maior parte foi desmatada para a abertura dos campos de agricultura. Igualmente, apesar da maior parte das residências depositar seus esgotos em fossas, ainda há quem faça o lançamento diretamente do curso d'água.



Apesar de descenderem de escravos, os comunitários admitem ter perdido parte significativa de suas referências culturais, inclusive, foi uma minoria dos abordados quem apresentou informações sobre as origens da comunidade, sendo esta mais uma fraqueza que ameaça a estruturação do TBC. No entanto, este tipo de turismo tende a ser um aliado para o resgate e fortalecimento da identidade cultural, que poderá, inclusive, ser utilizada para atrair os mais jovens, despertando-lhes o interesse pelas “coisas dos antigos” (Quilombola E, masculino, 72 anos).

Mesmo conhecendo pouco sobre a atividade turística, seja ela de qualquer natureza, os moradores abordados confirmaram que a comunidade tem apreço e vocação em receber visita e que gostariam de sediar projetos que pudessem ser praticados em conjunto às atividades que já desenvolvem, sendo a quase totalidade voltada à agricultura. Contudo, eles ressaltam a importância em se manter a tranquilidade do lugar e a não produção de lixo, sendo estes os únicos problemas percebidos por eles como resultado de uma possível prática turística na localidade.

Dentre as necessidades sentidas pela comunidade que impactam em seu dia a dia e impactariam no TBC, os moradores apontaram a condição das estradas de acesso que, por serem de chão batido, sofrem com as condições climáticas e, por isso, necessitam de maior atenção do Poder Público; a inexistência de coleta de lixo; a demora na marcação de exames e consultas especializadas pelo posto de saúde de São Pedro do Glória; e a perda da atividade futebolística no campinho da comunidade, que, além de ser um atrativo, fornecia lazer para os jovens do lugar.

Como apresentado na introdução deste trabalho, foi por iniciativa da comunidade o cadastro de informações para obtenção do título quilombola, o que, por si, já demonstra iniciativa interna, vontade de fazer e preocupação em resgatar/preservar as tradições. Contudo, igualmente ao processo de certificação, a estruturação do TBC necessita ser fundamentada, orientada e contar com a participação primordial da população-alvo em todas as fases.

A respeito das características culturais e modos de vida da comunidade, diversas organizações e parcerias poderiam ser firmadas. Os talentos para a produção de fubá de moinho de pedra, somados à produção de polvilho e farinha de mandioca, poderiam resultar numa casa de farinha, sem contar nos produtos gastronômicos prontos para consumo, que poderiam ser criados e oferecidos pelas mulheres da comunidade. A famosa cachaça fermentada com fubá, que no passado atraiu consumidores e olhares, também poderia ser

resgatada e, desta vez, registrada como Cachaça Quilombo Paraíso ou qualquer outro nome que referencie seu berço cultural e o modo de viver de sua gente. Com um pouco mais de audácia, por que, então, não criar uma linha de produtos Quilombo Paraíso, contemplando também o melado e a rapadura produzidos e criando novos produtos e sabores?

Apesar de já existir uma iniciativa de empreendimento para hospedagem e lazer na comunidade através do Sítio Paraíso, constatou-se que a formação de parcerias também contribuiria para o desenvolvimento deste, uma vez que os proprietários demonstraram interesse, face ao próprio despreparo ou falta de aptidão, para trabalhar gastronomia no local. Contudo, outros empreendimentos para hospedagem, como cama e café ou camping, poderiam ser criados, inclusive às margens do rio Madeira, que é apreciado por forasteiros em busca de boa pescaria e lazer ao ar livre. Do mesmo modo, há espaço para a criação de estabelecimentos para a oferta de alimentação. Quem sabe um restaurante comunitário com pratos produzidos unicamente à base de alimentos cultivados na localidade? As possibilidades não se esgotam, porém, como já dito, além da vontade e participação ativa da comunidade, há de se buscar informação e planejamento.

Por si, a comunidade apresenta características para se tornar um foco de turismo de base comunitária. Ademais, ela se localiza em ponto estratégico nas proximidades do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e da Trilha Brigadeiro Caparaó, em fase de implantação. De tal modo, estruturada, a comunidade Paraíso tende a complementar e enriquecer a oferta já existente, contribuindo para o estabelecimento de um turismo forte e sustentável no município de Fervedouro.

Realizada a análise e verificadas as hipóteses, os resultados deste estudo, seus limites e perspectivas serão disponibilizados à comunidade a fim de potencializar a atividade turística, assim como a grupos interessados, inclusive ao meio acadêmico e aos formuladores de políticas públicas pertinentes ao tema e à territorialidade recortada. Tudo isso sem, é claro, esgotar as possibilidades de estudos complementares referentes à comunidade Paraíso, que se mostrou um prato cheio para futuras investigações. Enquanto a certificação não chega, analisar e planejar colaborativamente uma atividade turística que pactue com a realidade local contribui para auxiliar os moradores em suas perspectivas de estruturação e desenvolvimento que, embora possam ser intensificados pela oficialização do título quilombola, independem dela para sua autossustentação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Dyego de Oliveira. GONÇALVES, Juliano Peçanha. Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. *In: Interações*, Campo Grande, v.21, n.1, p.107-123, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5FTBLNT7CMGRNBnVpTddxdh/#>. Acesso em: 28 de nov.2023.

ARRUDA, Dyego de Oliveira. XAVIER, Letícia Ferreira. MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. As potencialidades em torno do Turismo de Base Comunitária em territórios quilombolas de Corumbá/MS. *In: Revista GeoPantanal*, Corumbá, n. 30, p.227-244, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/12677>. Acesso em: 28 de nov.2023.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 de mar.2024.

BUCK, Nick Kantoro Wick. **Turismo de Base Comunitária no Território da Bocaina – Brasil**: tecendo parcerias e redes em busca da sustentabilidade. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/a8fe9284-7afc-4e5c-87d2-b14c062a670d>. Acesso em: 14 de dez.2023.

CARDOSO, Tássio Simões. BOMFIM, Natanael Reis. Educação quilombola e turismo de base comunitária: possíveis diálogos na Comunidade do Quingoma. *In: Cultur*, v.14, n.1, p.1-25, mai.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36113/cultur.v14i01.2715>. Acesso em: 28 de nov.2023.

FARIAS, Mayara Ferreira de. MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. FERREIRA, Lissa Valéria Fernandes. Perspectivas sobre o Turismo de Base Local na Comunidade Quilombola Negros do Riacho. *In: Turismo e Sociedade – Revista UFPR*, Curitiba, v.15, n. 2, p. 220-239, mai./ago. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v15i2.86439>. Acesso em: 28 de nov.2023.

IBGE. Situação domiciliar de Fervedouro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/fervedouro/pesquisa/23/27652>>. Acesso em: 22 de fev.2023.

IGR SERRA DO BRIGADEIRO. Planejamento Estratégico de Ações da Instância de Governança Regional Serra do Brigadeiro: período de abrangência 2021-2024. Muriaé: 2021.

LEÃO, Alícia Emmily Silva. **Diagnóstico da viabilidade do desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no povoado quilombola de Pixaim em Piaçabuçu - AL**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Alagoas, Penedo, 2021. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3956>. Acesso em: 28 de nov.2023.



NASCIMENTO, Felipe Gomes do. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa de. **Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento rural:** a experiência da comunidade de Chã de Jardim, Areia-PB. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jmruy> . Acesso em: 14 de dez.2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Tendências do Turismo 2023. Disponível em: <https://issuu.com/rimtbrasil/docs/revista_tend_ncias_do_turismo_2023>. Acesso em: Acesso em: 5 de nov.2023.

PINHEIRO, Cíntia Raquel Soares. **O Turismo de Base Comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas:** o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA. 2017. Dissertação (Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2027. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/1768> . Acesso em: 14 de dez.2023.

REDE TRILHAS. Trilha Brigadeiro Caparaó. Disponível em: <<https://abre.ai/hbN7>>. Acesso em: 5 de nov.2023.

SANTOS, Anderlany Aragão dos. **Turismo e povos tradicionais:** perspectivas territoriais na Comunidade Quilombola do Cumbe/CE. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25691?mode=full>. Acesso em: 28 de nov.2023.

SANTOS, Rosiene Francisco dos. **Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II:** Limites e Possibilidades para o Turismo. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37857>. Acesso em: 28 de nov.2023.

SILVA, Adriana Murara. **Educação e Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento territorial sustentável em Urupema, SC.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2018. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/cf75fc25858ea537e088fee7cd5266ed.pdf. Acesso em: 14 de dez.2023.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva. FIGUEIREDO, Sílvia Lima. Saberes e olhares sobre o Turismo de Base Comunitária: estudo de caso da Comunidade Quilombo Pé do Morro, Tocantins. *In: Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, v.11, n.3, p.405-423, set./dez. 2023. Disponível em: <http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=16809>. Acesso em: 28 de nov.2023.

XAVIER, Letícia Ferreira. **Potencialidades em torno do turismo no espaço rural em territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul.** 2023. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5735>. Acesso em: 28 de nov.2023.



APÊNDICE A: Roteiro para abordagem aos moradores da comunidade Paraíso

Identificação:

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

1. A comunidade se chama Paraíso, mas é conhecida como Água Limpa, sendo denominada assim até pelos moradores. Por que isso acontece?
2. Como é o relacionamento entre as pessoas que vivem na comunidade? Pode dar exemplos? Como a comunidade reage quando há algum problema? E quando há conquistas e resultados?
3. Quem são as pessoas que representam a comunidade? Há lideranças? Como elas foram escolhidas?
4. Como é a relação dos moradores com a terra onde vivem? Existe alguma ação de preservação ambiental, qual?
5. Como é a participação dos homens na vida da comunidade? E das mulheres? E dos jovens?
6. Quais são os problemas e as necessidades atuais da comunidade?
7. Como a comunidade reage quando recebe visitantes?
8. Você sabe o que é turismo? Sabe quais benefícios ele traz para a localidade? Sabe quais problemas ele traz para a localidade?
9. O que você acha que é o principal atrativo da sua comunidade para o turismo?
10. Você acha que sua comunidade gostaria de se tornar um atrativo turístico?
11. Quem você sugere para contribuir com essa pesquisa?



APÊNDICE B: Termo de consentimento livre e esclarecido (adaptado de Buck, 2020)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em colaborar com a pesquisa intitulada “Turismo de Base Comunitária: proposta para estruturação da comunidade Paraíso, durante seu processo de certificação quilombola, em Fervedouro – MG”, desenvolvida por Patrícia Alves Laviola.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é identificar e analisar os limites e possibilidades de implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC) na comunidade Paraíso, em Fervedouro - MG..

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de diálogo seguindo roteiro semiestruturado. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora. Fui, ainda, informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Fervedouro - MG, ____ de _____ de ____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____